

## A REVOLUÇÃO FRANCESA E OS DIREITOS HUMANOS

**ALBERT CIGOGNINI DALCURTIVO<sup>1</sup>; LÁZARO V. DE ÁVILA<sup>2</sup>; MARIANA SCHERDIEN<sup>3</sup>; PAOLLA DOMINGUES<sup>4</sup>**

**WILIAN JUNIOR BONETE<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – albertcigog1611@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – lazaroevargaseavila@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – mariana.scheriden@ufpel.edu.br*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – paolla.santosdomingues@gmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – wilian.bonete@ufpel.edu.br*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente relato tem como intuito descrever e refletir sobre as experiências de discussão, elaboração e aplicação de uma sequência didática (duas aulas) sobre Revolução Francesa e Direitos Humanos com duas turmas do segundo ano do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Pedro Osório. As sequências didáticas foram aplicadas nos dias 30 e 07 de julho de 2025 e consistiam em aulas oficinas, tendo sido fruto do PIBID-História UFPel, as oficinas foram elaboradas pelos estudantes bolsistas Albert Cigognini Dalcurtivo, Lázaro V. De Ávila, Mariana Scherden e Paolla Domingues, contando a orientação do Prof. Dr. Wilian Junior Bonete e com a supervisão da professora titular Clarissa Macedo Gomes da Silva.

Com base nessas perspectivas, nossa proposta buscava promover, entre os estudantes, um olhar analítico e comparativo sobre documentos de diferentes épocas, como a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), em diálogo com legislações atuais, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio. A análise dessas fontes históricas e jurídicas seguia uma abordagem pautada nos princípios da análise documental e da leitura contextualizada, conforme orientações metodológicas de LE GOFF (1990), que ressalta a importância de compreender o documento não apenas como portador de informações, mas também como produto de um tempo, espaço e intencionalidade específicos.

A abordagem estava alinhada às habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incentivando a problematização de desigualdades, preconceitos e intolerâncias, bem como a proposição de ações concretas que promovessem a solidariedade e os direitos humanos nos mais diversos espaços de convivência. Dessa forma, pretendia-se formar cidadãos capazes de compreender as transformações culturais, sociais e políticas, avaliando seus impactos e assumindo um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

Optou-se por realizar logo no início da atividade, uma dinâmica que abordaria o tema da Revolução Francesa, assim coube aos professores bolsistas a criação de um debate de forma teatral que trouxessem aos alunos uma maior visão do tema, com o uso do imaginário. Os objetivos específicos da primeira parte da atividade é contextualizar o cenário político, econômico e social pré Revolução Francesa, bem como seus desdobramentos; analisar a atuação e o envolvimento de diferentes setores sociais na revolução, suas demandas e relações; refletir sobre como a Revolução Francesa impactou para a construção dos direitos humanos na contemporaneidade. Assim foi-se planejado pelos professores bolsistas uma certa “encenação teatral” chamada “Assembléia dos cacetinhos”, em alusão ao uso do pão francês na cena, para ser aplicado na abertura da atividade, visando habilidades da Base Nacional Comum Curricular que seriam usadas para dar o rumo ao plano didático. O encontro começou com uma conversa breve, de cerca de cinco minutos. Os professores questionaram os (as) alunos(as) sobre o que já sabiam a respeito do tema e, a partir das respostas, construíram coletivamente um panorama prévio da realidade social antes da Revolução Francesa. O quadro branco e os marcadores foram utilizados para registrar as ideias levantadas, permitindo que os conceitos-chave ficassem visíveis para todos. Esse momento inicial tinha como objetivo despertar a curiosidade e preparar o terreno para a atividade principal.

Na etapa seguinte, que durou aproximadamente trinta minutos, foi realizada a dinâmica central. A turma foi dividida em dois grandes blocos: de um lado, o 1º e 2º Estados, compostos por nobreza e clero; do outro, o 3º Estado, formado por burguesia, profissionais liberais, camponeses e demais trabalhadores. Um estudante foi escolhido para representar o “rei”, enquanto os professores bolsistas atuaram como mediadores e “juízes” da situação.

A simulação reproduziu a Assembleia dos Estados Gerais, buscando mostrar como funcionava a votação por Estado e como a maioria da população não tinha sua vontade respeitada. Para isso, distribuiu-se a mesma quantidade de “cacetinhos” (pães franceses) para ambos os lados, mesmo que o 3º Estado tivesse mais integrantes. A proposta colocada em votação foi a “taxação dos cacetinhos” do clero e da nobreza, com o objetivo de distribuí-los de forma mais justa. Como cada Estado possuía apenas um voto, o resultado refletiu a desigualdade histórica e evidenciou os privilégios de certas classes. Durante toda a atividade, o quadro branco foi novamente utilizado para anotar pontos importantes que surgiam dos debates, garantindo que as reflexões pudessem ser retomadas na conclusão.

O encerramento, com duração aproximada de cinco minutos, foi dedicado a relacionar a experiência vivida com o conteúdo histórico. Discutiu-se como a Revolução Francesa influenciou a construção dos direitos humanos, destacando as disputas e silenciamentos presentes nesse processo. Nesse momento, os alunos puderam comentar suas impressões e tirar dúvidas, fechando o encontro com uma síntese coletiva do aprendizado. A estratégia de ensino, ao combinar exposição dialogada, simulação histórica e análise coletiva, permitiu que os estudantes não apenas compreendessem os fatos, mas também refletissem

sobre as permanências e mudanças nos direitos humanos ao longo do tempo. Esta primeira parte serve como uma introdução bem embasada em questões políticas, um resumo foi distribuído aos alunos que foram instruídos a realizar a colagem do mesmo no caderno, pois além de servir como auxiliar na hora de rever o conteúdo abordado.

Os objetivos da segunda parte da atividade foram discutir, problematizar e comparar diferentes legislações pensando nos Direitos Humanos; analisar criticamente a construção dos Direitos Humanos ao longo do tempo; refletir sobre mudanças nos Direitos Humanos, questionando possíveis lacunas deles na atualidade. Seguindo a ideia do uso de legislações, foram comparadas previamente pelos bolsistas diversas leis atuais e antigas, muitas foram selecionadas e equiparadas de forma que tivessem referências e congruências entre si. Foram usadas leis retiradas da Constituição Cidadã Federal do Brasil de 1988, assim como a Lei Maria da Penha, Declaração do Homem e do Cidadão, da Assembléia Nacional Constituinte Francesa de 1789 e da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, texto jurídico escrito por Olympe de Gouges na França em 1791.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso do pão na composição da primeira atividade nos trouxe uma licença quase poética para abordar de forma crítica o assunto das taxações e divisões de grandes riquezas, o que nos põem de frente para com a realidade, nos proporcionou diversos debates que vão muito além do teórico, que entram diretamente em contato com a realidade do educando e, abrindo portas para a contextualização histórica de diversos debates e a reformulação crítica destas ideias, sem deixar lacunas no entendimento da razão por trás do fato e por trás da própria fala do aluno e dos questionamentos que ele carrega.

As atividades realizadas permitiram alcançar resultados significativos no processo de ensino e aprendizagem. Entre os principais, destaca-se o engajamento dos alunos durante a simulação da Assembleia dos Estados Gerais, que possibilitou uma compreensão mais concreta das desigualdades sociais do período e da construção dos direitos humanos. O uso de recursos lúdicos, como a metáfora dos “cacetinhos”, mostrou-se eficiente para despertar o interesse e facilitar a assimilação dos conteúdos, aproximando o conhecimento histórico da realidade cotidiana dos estudantes. Já a análise comparativa de documentos históricos e legislações atuais promoveu reflexões críticas sobre permanências e mudanças nos direitos humanos, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência cidadã mais ativa e questionadora.

No que diz respeito às implicações e relevância dos resultados, é possível afirmar que a atividade reforçou a importância de metodologias ativas no ensino de História, pois elas favorecem não apenas a compreensão de fatos passados, mas também a reflexão sobre seus desdobramentos no presente. A experiência mostrou-se alinhada às competências da BNCC, ao incentivar a análise crítica das desigualdades sociais, o respeito à diversidade e o fortalecimento da cidadania democrática. Dessa forma, o trabalho desenvolvido ultrapassou a dimensão de transmissão de conteúdos e contribuiu para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar e intervir em sua realidade.

Para futuras investigações e melhorias, sugere-se o aprofundamento do debate teórico, possibilitando compreender outros desdobramentos da desigualdade social e incluindo mais narrativas de outros grupos historicamente silenciados, como mulheres, negros e trabalhadores, para que os estudantes possam perceber a pluralidade de vozes que compõem o processo histórico. Além disso, a integração com outras áreas do conhecimento, como Sociologia, Filosofia e Literatura, pode enriquecer ainda mais as discussões sobre direitos humanos, favorecendo uma abordagem interdisciplinar.

Assim, conclui-se que a experiência pedagógica realizada foi de grande valor formativo, tanto para os alunos quanto para os professores em formação, pois reafirmou a importância do ensino de História como ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e democrática..

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HOBBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

Morin, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo, Alameda, 2013.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa Explicada à Minha Neta**. São Paulo: Unesp, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismara Izepe de Souza. **História & documento: metodologia de pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2010.